

Oswaldo Agripino de Castro Junior
Advogado e Doutor em Direito (UFSC/2001)

DIREITO PORTUÁRIO E A NOVA REGULAÇÃO

2ª EDIÇÃO

Prefácio
EGON BOCKMANN MOREIRA

Introdução Especial
CESAR LUIZ PASOLD

São Paulo



2019

Copyright © 2019

Editora: Andréa Campos

Diagramação: Nilza Ohe

Revisão: Maria Eugênia de Sá

Capa: Designer da Editora



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C355d Castro Junior, Osvaldo Agripino de, 1963-.
Direito portuário e a nova regulação / Osvaldo Agripino de Castro
Junior; prefácio Egon Bockmann Moreira; introdução especial Cesar
Lutz Pasold. – 2. ed. – São Paulo (SP): Aduaneiras, 2019.
536 p. : 17 x 24 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7129-833-0

1. Comércio exterior. 2. Direito marítimo – Brasil. 3. Portos –
Legislação – Brasil. I. Título.

CDD 343.810987

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

2019

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.

SÃO PAULO-SP – 01311-200 – Av. Paulista, 1.337

Tel.: 11 4862 0400

www.aduaneiras.com.br – e-mail: livraria@multieditoras.com.br

Sumário

Agradecimentos	3
Dedicatória	5
Apresentação	13
Prefácio	
<i>(Um livro especial, escrito por um especialista)</i>	33
Introdução Especial: Percepção Panorâmica do Novo Direito Portuário Brasileiro	41
1. A Importância do Direito Portuário.....	41
2. Conceito e Caracterização do Novo Direito Portuário Brasileiro	44
2.1. O Novo Direito Portuário Brasileiro: Conceito Operacional.....	44
2.2. O Direito Portuário como Ramo do Direito: Caracterização Confirmada	46
2.2.1. Caracterização de um Ramo Autônomo do Direito: Requisitos Básicos	46
2.2.2. Verificação dos Requisitos Básicos no Novo Direito Portuário Brasileiro	47
3. Classificação da Legislação e o Direito Portuário.....	56
3.1. Breve Explicação	56
3.2. Legislação Básica do Direito Portuário	57
3.3. Legislação Conexa ao Direito Portuário	58
3.4. Legislação Correlata ao Direito Portuário	60
3.5. Legislação Análoga de Direito Portuário.....	61

4.	A Natureza e a Estrutura da Nova Lei dos Portos: Percepção Panorâmica.....	61
5.	Categorias Estratégicas e Seus Conceitos Operacionais, na Lei nº 12.815/2013.....	62
6.	O Decreto Regulamentador: o Decreto nº 8.033, de 27 de Junho de 2013.....	67
6.1.	Ementa, Fundamentação e a Estrutura Básica.....	68
6.2.	Destaques do Conteúdo Normativo do Decreto ..	69
6.3.	Elementos Institucionais (Macro e Micro)	74
7.	Em Destaque a Antaq	75
8.	Em Destaque Dois Elementos Microinstitucionais.....	79
8.1.	Primeiro Destaque de Elemento Microinstitucional: o Conselho de Autoridade Portuária	79
8.2.	Segundo Destaque de Elemento Microinstitucional: o Ogmo	83
9.	Breves Considerações Finais sobre a Percepção Panorâmica do Novo Direito Portuário Brasileiro	89

Capítulo 1. A Importância da Regulação Setorial Independente para o Desenvolvimento da Atividade Portuária: em Busca de uma Juridicidade Adequada.....

1.1.	Aspectos Introdutórios.....	91
1.1.1.	A Origem das Agências Reguladoras	94
1.1.2.	Aspectos Destacados da Reforma Portuária.....	100
1.1.3.	Usuário ou Consumidor?.....	110
1.1.4.	Princípios Gerais da Regulação Portuária ..	113
1.2.	Funções e Competências da Antaq	119
1.2.1.	Poder Normativo	120
1.2.2.	A Cooperação Institucional	128
1.2.3.	A Importância da Regulação do Transporte Aquaviário	131
1.2.4.	O Marco Regulatório.....	138
1.3.	O Papel do Conit.....	139
1.4.	Regulação do Operador de Terminal Portuário....	144
1.5.	Independência Regulatória	145
1.6.	Processo Regulatório e Transparência	147

1.7. Regulação da Antaq e Defesa da Concorrência ...	148
1.8. Participação dos Regulados	156
1.9. O Decreto nº 8.033/2013 e a Antaq.....	158
1.10. A Adaptação das Autorizações e dos Contratos de Adesão em Vigor.....	164
1.11. Sugestões para Aperfeiçoar a Atividade da Antaq	169
Capítulo 2. Regulação Econômica da Atividade Portuária	173
2.1. Aspectos Introdutórios da Regulação Econômica da Atividade Portuária	173
2.1.1. Regulação	177
2.1.2. Regulação Econômica	184
2.2. Conceitos da Lei de Defesa da Concorrência	193
2.2.1. Mercado Relevante.....	193
2.2.2. Posição Dominante.....	197
2.2.3. Poder de Mercado.....	198
2.2.4. Condutas Lesivas à Concorrência	198
2.2.5. Cartel	201
2.2.6. Preço Predatório	205
2.3. Agência Antitruste e Agência Setorial: Competências Complementares	206
2.3.1. A Relação da Agência Antitruste com as Agências Setoriais	216
2.3.1.1. A Experiência Norte-Americana..	216
2.3.1.2. A Relação do Cade com as Agências Setoriais.....	219
2.4. O Cade e a Regulação da Concorrência das Empresas Reguladas pela Antaq.....	233
2.4.1. O Caso Envolvendo o Mercado de Serviços de Transporte e Armazenagem	235
2.4.2. O Papel da Antaq, Autoridade Portuária e CAP na Regulação Econômica.....	241
Capítulo 3. Concedente e Concessão Portuária na Nova Lei dos Portos	253
3.1. Introdução	253

3.2. Teoria Geral das Concessões	268
3.2.1. Concedente	268
3.2.2. Competência	271
3.2.3. Conceitos Relevantes.....	273
3.2.3.1. Concessionária	279
3.2.3.2. Formas de Extinção da Concessão	281
3.3. Concedente e Concessão Portuária na Nova Lei dos Portos.....	287
3.3.1. Contrato de Concessão e Arrendamento Portuário	288
3.3.2. Cláusulas Essenciais.....	296
3.3.3. Competência da Antaq.....	298
3.3.4. Competência do Concedente: Ministério da Infraestrutura.....	299
3.3.5. Autoridade Portuária	302
3.3.6. O Decreto Regulamentador nº 8.033/2013	304
3.3.7. A Captura na Regulação Setorial Independente	327
Capítulo 4. Arrendamento Portuário, Licitação e Instalações Portuárias	331
4.1. Arrendamento Portuário e Concessão Portuária..	331
4.1.1. Natureza Jurídica	332
4.1.2. Contrato de Concessão e Competência da Antaq	345
4.1.3. O Equilíbrio Econômico-Financeiro do Arrendamento Portuário	350
4.1.4. Contrato de Concessão de Porto Organizado e de Arrendamento de Instalação Portuária	356
4.1.5. Licenciamento Ambiental e Termo de Referência	358
4.2. Licitação.....	361
4.3. Instalações Portuárias	364
4.4. Das Competências do Ministério da Infraestrutura, da Antaq, da Administração do Porto (Autoridade Portuária), do TCU e dos TCEs.....	366

4.5. Das Competências da Autoridade Marítima e da Autoridade Aduaneira	371
4.6. Do Prazo e Objeto dos Contratos de Concessão e de Arrendamento	373
4.7. Reajuste das Tarifas dos Arrendamentos	375
4.8. Os Deveres do Arrendatário.....	378

Capítulo 5. Responsabilidades Civil e Administrativa na Atividade Portuária

5.1. Responsabilidade Civil na Atividade Portuária ...	383
5.1.1. Atividade Portuária à Luz do Direito Civil	392
5.1.2. A Responsabilidade Civil à Luz da Lei nº 8.630/1993	395
5.1.3. A Responsabilidade Civil dos Terminais Portuários na Argentina	397
5.1.4. A Limitação da Responsabilidade Civil ...	402
5.1.4.1. A Limitação da Responsabilidade Civil no Transporte.....	404
5.1.4.2. Cláusulas Limitativa e Exonerativa da Responsabilidade Civil no Transporte Marítimo.....	411
5.1.4.3. Limitação da Responsabilidade Civil na Atividade Portuária.....	414
5.2. Responsabilidade Administrativa na Atividade Portuária.....	420
5.3. O Papel do Conselho de Autoridade Portuária na Fiscalização da Atividade Portuária.....	425
5.3.1. Responsabilidades Administrativa e Judicial nos Casos de Corrupção no Setor Portuário.....	428
5.4. Responsabilidade Civil e Administrativa Decorrente da Omissão de Porto	434
5.4.1. Da Responsabilidade Administrativa – Arribada e Omissão de Porto.....	439
5.4.2. A Ilegalidade da Cobrança de Armazenagem pelo Terminal	445

5.4.3. Da Responsabilidade Civil: a Arribada no Direito Comparado e Brasileiro e a Omissão de Porto	447
Capítulo 6. Possibilidades e Limites da Arbitragem Marítima e Portuária	453
6.1. Aspectos Introdutórios da Arbitragem, da Responsabilidade Civil do Transportador Marítimo e da Arbitragem Marítima.....	459
6.1.1. Aspectos Jurídicos da Responsabilidade do Transportador Marítimo.....	466
6.1.2. Cláusulas Relevantes no Conhecimento de Embarque Marítimo.....	471
6.1.2.1. <i>Paramount Clause</i>	471
6.1.2.2. Cláusula de Jurisdição ou de Eleição de Foro: Determina qual a Competência Jurisdicional	473
6.1.2.3. Cláusula de Avaria Grossa e Cláusula New Jason.....	474
6.1.2.4. Cláusula de Identificação do Transportador (<i>Identity of Carrier Clause</i>)	475
6.1.2.5. Cláusula de Exceção Geral (<i>Exception General Clause</i>).....	476
6.1.3. Arbitragem Marítima.....	476
6.1.3.1. Arbitragem Marítima nas Regras de Roterdã	482
6.2. Arbitragem Portuária	483
6.2.1. Decreto nº 8.465, de 8 de Junho de 2015..	493
6.3. Possibilidades e Limites da Arbitragem nas Atividades Marítima e Portuária	495
Conclusão.....	509
Referências das Fontes Citadas	515